

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA-
IFCE CAMPUS QUIXADÁ
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE FORMAÇÃO
VIGÊNCIA DA BOLSA 2018 - 2019**

1. Título do projeto

EDUCAÇÃO PARA SURDOS EM QUIXADÁ-CE:
RETROCESSOS E AVANÇOS DOCUMENTAIS

2. Proponentes

Orientador: Alysson Saraiva de Oliveira

Aluno (a): Suziane Cristina da Silva Ferreira

3. Área de Conhecimento

Ciências humanas; Educação; Educação para surdos

4. Resumo

O projeto objetiva compreender a educação para surdos em Quixadá-CE a partir dos retrocessos e avanços vislumbrados em fontes documentais diversas. Isto considerando a problemática de distanciamento entre o legal e o real, entre o registrado (passado) e o vivido (presente), entre o postulado nas políticas, programas, planos, legislações educacionais e o que efetivamente é realizado nas práticas escolares, bem como a relação dialética (macro/micro) de influências múltiplas entre sociedade e escola, entremeadas por mecanismos regulatórios, ideológico, normativos e documentais. Sabe-se que para além das concepções pessimistas e otimistas ingênuas, a escola com sua autonomia relativa torna-se mediação para um projeto social, vislumbrando a natureza contraditória das instituições sociais e a possibilidade de mudanças. Não estando absolutamente circunscritas e determinadas, a escola e suas práticas pedagógicas condicionam ao mesmo tempo em que são condicionadas pela sociedade em suas relações, sendo reguladas por dispositivos legais/documentais que também são produtos da via de mão dupla entre educação e sociedade.

O estudo se insere em uma abordagem qualitativa de pesquisa documental, recorrendo à análise de dados, possibilitando em suas etapas de elaboração, desenvolvimento e avaliação, a necessária análise, compreensão, articulação e proposição entre documentos diversos, indo para

além do escrito e explícito; persistindo compreender criticamente o sentido manifestado ou oculto nos enunciados, nas mensagens veiculadas em diferentes linguagens e que sustentam e consolidam discursos e práticas hegemônicas sobre educação.

Palavras – chave: Educação bilíngue. Educação inclusiva. Registros documentais

5. Introdução / Justificativa

A educação está presente em casa, na rua, igreja e escola, de um modo ou de muitos, seja para aprender ou ensinar seja para aprender e ensinar. Ninguém escapa da educação, uma vez que reflete diferentes processos formativos de existência e sociabilidade humana em família, no trabalho, nas instituições, movimentos e práticas sociais (BRANDÃO, 2007). Assim, a educação se relaciona dialeticamente com a sociedade, expressando suas contradições, retrocessos, permanências e avanços nas diversas esferas.

Em âmbito mais específico, a história da educação para surdos também expressa tal dialeticidade, iniciando-se no século XVIII, em que o educador francês Abade Charles Michel de L'epée, conhecido como pai dos surdos, começa a ensinar língua de sinais no Instituto Nacional de Surdos Mudos de Paris (França). As primeiras escolas para surdos surgiram na Europa, depois se espalharam por vários países até se instalar no Brasil que teve sua primeira escola para surdos situada no Rio de Janeiro em 1857, dirigida pelo professor francês surdo Eduard Huet. Em 1880 no Congresso de Milão (Itália), as línguas de sinais foram proibidas na educação de surdos, sendo determinado o uso do método oralismo puro e influenciando vários países. Posteriormente, emerge o método da comunicação total no qual se usa ao mesmo tempo a língua de sinais e a língua falada (SACKS, 2010). Nos anos 90 emerge o bilinguismo em que a Libras se caracteriza como língua natural para surdos e a língua oficial escrita do país passou a ser a segunda língua.

Nesse contexto, ao longo da história educacional, constata-se concepções e práticas educativas divergentes ou não, abrangentes ou restritivas, críticas ou não críticas em torno de perspectivas de educação (formal, informal e não-formal), especificamente de educação especial, inclusiva ou bilíngue. Considerando que os registros documentais, dentre eles os dispositivos legais (normas, decretos, legislações, dentre outros) constituem produtos dessa historicidade entre sociedade e educação ao mesmo tempo em que produzem outras formas de articulação, pois representam dispositivos regulatórios, disciplinadores, ideológicos e normativos. Daí a importância do interesse de pesquisa sobre a educação para surdos a partir destes mecanismos legais e de outros registros documentais a respeito da temática e que se situe no âmbito da cidade de Quixadá-CE. Trata-se da possibilidade de abrir novos caminhos de estudos, pesquisas, discussões e ações a partir da realidade constatada.

6. Objetivos

OBJETIVO GERAL:

Compreender a educação para surdos em Quixadá-CE no contexto dos retrocessos e avanços vislumbrados em diferentes registros documentais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Analisar a educação para surdos no panorama das atuais demandas educacionais e de ensino-aprendizagem;
- Discutir a relação entre a educação bilíngue e a educação inclusiva para surdos em seus aspectos conceituais, sócio-históricos e didático-pedagógicos;
- Identificar os principais retrocessos e avanços da educação para surdos presentes em diversas fontes documentais, especificamente situadas no âmbito do município de Quixadá;
- Refletir sobre os registros documentais, incluindo as legislações como linguagens que reafirmam ou não perspectivas crítico-reflexivas de educação bilíngue para o ensino-aprendizagem de surdos em Quixadá-CE.

7. Referencial teórico

Conforme Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (UNESCO, 1996, Art. 24). "todas as comunidades linguísticas têm direito a decidir qual deve ser o grau de presença da sua língua, como língua veicular e como objeto de estudo, em todos os níveis de ensino no interior do seu território: pré-escolar, primário, secundário, técnico e profissional, universitário e formação de adultos". Constatam-se indícios do reconhecimento do multiculturalismo e respeito identitário à língua natural de dada comunidade. Indo nessa mesma direção apesar de entremeada às contradições de percepções entre língua e linguagem, nacional e universal, a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994, Art.19), ao abordar sobre a estrutura de ação em educação especial, postula que as políticas educacionais devem considerar as diferenças e situações individuais. Traz à tona a relevância da linguagem de signos como mecanismo de comunicação entre os surdos, devendo ser reconhecido e garantido o acesso à educação em sua língua nacional de signos. Isto levando em consideração as necessidades particulares comunicacionais dos surdos e das pessoas surdas/cegas, requerendo que tal educação para este público seja provida em escolas especiais ou classes especiais e unidades em escolas regulares.

Nesse contexto, na esfera na comunidade e educação surda, percebe-se um panorama de embates e conflitos, fomentado sobre a base de diferentes concepções de surdez e de língua(gem), configurando-se temática polêmica, em torno de discussões, estudos e problematizações, tendo a frente autores como Quadros (1997), Lodi (1997), Fernandes (2012), Thoma e Klein (2010) entre outros.

Partindo das interfaces, contradições e incoerências de concepções e práticas envolvendo educação inclusiva, especial, bilíngue, indo desde percepções oralistas e de re(habilitação)

terapêutica até a propostas de educação bilíngue, infere-se que ainda persistem o oralismo e o bimodalismo na dinâmica das escolas brasileiras; “porém, há algo que está aflorando nas comunidades surdas, estão despertando e percebendo que foram muito prejudicadas com as propostas de ensino desenvolvidas até então e estão percebendo a importância e valor da sua língua, isto é, a LIBRAS” (QUADROS, 1997, p.26). Diz respeito a uma proposta bilíngue para além da simples apreensão e uso de duas línguas, expressando por seu caráter político, a cultura surda, identidade e resistência, requerendo para tanto adequadas e efetivas reestruturações quanto às políticas, programas e planos educacionais, à organização e funcionamento escolar, ao currículo, aos processos de ensino-aprendizagem, à formação e prática docente. Isto porque, segundo Peixoto e Dias (2017, p.447), “as proposições/determinações de diretrizes curriculares, decretos, resoluções, pareceres, discursos e publicações oficiais têm que ter coerência, uma vez que determinam situações de formação docente”, não sendo restritas à orientações práticas, mas refletem concepções teóricas, formativas e ideológicas.

8. Metodologia

A partir de pressupostos sócio-filosóficos e teórico-metodológicos para a fundamentação da pesquisa, pautou-se pelo paradigma dialético em que a relação sujeito/objeto é compreendida como interação social, sendo constituída ao longo da historicidade. Inserido numa perspectiva qualitativa de pesquisa, o estudo dará ênfase em aspectos como ambiente natural, processo em detrimento do produto, representações e relações entre sujeitos, espaço-tempo e seus artefatos históricos/documentais. Tem-se como proposta investigativa a pesquisa documental, em que se tem “como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais (SEVERINO, 2012)”. Assim, trata-se de registros cujos conteúdos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, configurando-se em matéria-prima, desse modo, sendo fonte primária para posterior análise de conteúdos em que se tem uma concepção mais ampla de comunicação, podendo a mensagem se estruturar verbal, gestual, figurativa ou documental. Segundo Franco (2003) apud Silva et al (2011, p.60), esta análise se funda em “pressupostos de uma concepção crítica e dinâmica da linguagem que, por sua vez, é entendida como fonte de expressão de representações sociais historicamente constituídas acerca da realidade social vivida por determinado grupo e expressas nos documentos por eles produzidos”. Desse modo, diz respeito a uma análise sobre tipos de linguagem concebida como expressão social, sendo aplicada como procedimento de pesquisa com toda sua cientificidade, técnica e sistematicidade necessárias.

Ocorrerá os processos de organização, classificação e teorização das informações abrangidas dentro de categorias e subcategorias, tendo como referências os estudos de Saviani (2001, 2007), Quadros (2004, 2010), Sacks (2010), Thoma e Lopes (2004, 2006), Strobel (2008,

2009). Ludke e André (1986), Minayo (2010), dentre outros.

Vale situar que a escolha pelo referencial empírico, a cidade de Quixadá-CE, apoia-se no fato dos pesquisadores e alunos envolvidos estarem vinculados de alguma forma a instituições de ensino superior nesta cidade, bem como a percepção de que certas perspectivas teóricas e legais de educação para surdos estão regendo/fomentando as práticas de ensino nas escolas quixadaenses.

9. Etapas / Atividades

- Reuniões periódicas administrativas e de estudo de categorias (temáticas: educação-sociedade, escola, educação bilíngue para surdos, educação inclusiva, Libras, cultura surda, metodologia de pesquisa (métodos, procedimentos, técnicas), currículo, registros documentais, fontes históricas, dentre outras) devendo ocorrer ao longo do desenvolvimento do projeto;
- Revisão bibliográfica/estudos
- Levantamento documental
- Análise documental;
- Estudo e elaboração de instrumentais metodológicos de apreensão de dados;
- Coleta de dados empíricos: trabalho de campo/visitas (instituições que de alguma forma possuem fontes/registros documentais relevantes para a pesquisa);
- Análise das informações/dados: categorização, teorização e interpretação.
- Apresentação à comunidade acadêmica, institucional e local dos resultados do projeto em questão a partir de:
 - ✓ Elaboração de relatórios parcial (semestral) e final;
 - ✓ Participação em eventos /encontros locais (semana da geografia, por exemplo), regionais e/ou nacionais.
 - ✓ Publicações em anais de eventos/encontros e/ou periódicos acadêmicos/científicos.

10. Cronograma de trabalho


Daniele
Costa

PERÍODO	MARÇO/2018 - FEVEREIRO/2019											
	Março 2018	Abril 2018	Maio 2018	Junho 2018	Julho 2018	Agosto 2018	Setembro 2018	Outubro 2018	Novembro 2018	Dezembro 2018	Janeiro 2019	Fevereiro 2019
1. Reuniões administrativas e de estudos de categorias teóricas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2. Levantamento documental.	X	X	X									
3. Análise documental	X	X	X	X	X	X						
4. Participação em eventos/encontros locais, regionais e/ou nacionais.				X	X	X	X	X	X	X	X	X
5. Elaboração de instrumentais metodológicos			X	X								
6. Coleta de dados empíricos: Trabalho de campo/visitas				X	X	X	X	X				
7. Organização/estruturação das diversas fontes						X	X	X				
8. Análise (categorização e teorização) e discussão dos dados.							X	X	X	X		
9. Elaboração do relatório final										X	X	X
10. Apresentação dos resultados (eventos/periódicos)										X	X	X
11. Avaliação de todo processo de desenvolvimento do projeto e proposição de ações.												X

11. Bibliografia

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 22/02/2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10436.htm. Acesso em: 09/02/2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 06/02/2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de

Handwritten signature and name:
Danile
Espinoza

Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 20/02/2018.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em Educação**. uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 2006.

CELLARD, A. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

GESSER, Audrei. **Libras?: que língua é essa?:** crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDFELD, Márcia. **A Criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva socio-interacionista**. São Paulo: Plexus Editora, 2001.

HELDER, R. R. **Como fazer análise documental**. Porto, Universidade de Algarve, 2006.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

NÓBREGA-TERRIEN, Silva Maria; FARIAS, Isabel Maria Sabino de; NUNES, João Batista Carvalho (Org.). **Pesquisa científica para iniciantes: caminhando no labirinto**. Fortaleza: EdUECE, 2011.

MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva (Org.). **Reflexões sobre a diferença: uma introdução à educação especial**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MONTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2003.

PERLIN, Gladis. Surdos: cultura e pedagogia. In: THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura Corcini (Orgs.). **Invenção da Surdez II: espaços e tempos de aprendizagem na educação de surdos**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

PEIXOTO, Renata Castelo; DIAS, Ana Maria Iorio. Ensino de Português para surdos nas diretrizes e publicações brasileiras: implicações para a formação docente. In: FARIAS, Isabel Maria Sabino de; NÓBREGA-TERRIEN, Sílvia Maria; MORAES, Lélia Cristina Silveira de. (Orgs.). **Formação e desenvolvimento profissional em educação**. São Luís: EDUFMA, 2017.

QUADROS. Ronice Müller; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

QUADROS, Ronice Müller; CAMPELLO, A. R. e S. A constituição política, social e cultural da língua brasileira de sinais Libras. In: VIEIRA-MACHADO, L. M. da C.; LOPES, M. C. (Orgs.). **Educação de surdos: políticas, língua de sinais, comunidade e cultura surda**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010, p. 15-47.